

### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 154/24

Processo Administrativo Nº 23.172/2024

Exclusivo para EPP/ME Lei 14.133/2021

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ** por meio da Secretaria de Saúde, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do **art. 75, inciso II,** nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 15.449/2023, de 03 de fevereiro de 2023 (Disponível no site: <a href="https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2023/15499%20-%20DISPENSA%20DE%20LICITA%C3%87%C3%83O.pdf">https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2023/15499%20-%20DISPENSA%20DE%20LICITA%C3%87%C3%83O.pdf</a>), e Decreto nº 15.507/2023,de 17 de fevereiro de 2023 (disponível no site: <a href="https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2023/15507%20%20CONTRATACOES%20DIRETAS">https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2023/15507%20%20CONTRATACOES%20DIRETAS</a>
%20POR%20DISPENSA%20DE%20LICITACAO.pdf) e demais normas aplicáveis.

Valor total da contratação: R\$ 6.004,80

Data fim de recebimento de propostas: 10/09/2024 às 09h00

Link: www.comprasbr.com.br

Critério de Julgamento: menor preço unitário.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de fraldas "bigfral", visando atender a demanda da Secretaria de Esportes, Lazer e Qualidade de Vida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e no seguinte anexo:

Anexo I – Termo de Referência

1.2. A contratação será dividida, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO		
01	2160	UN	FRALDA DESCARTÁVEL PARA ADULTO, MARCA BIGFRAL, TAMANHO PEQUENO – FRALDA DESCARTÁVEL, PARA ADULTO, DERMATOLOGICAMENTE APROVADA, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICA E BARREIRAS ANTIVAZAMENTO DA MARCA BIGFRAL, TAMANHO PEQUENO		

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observadas as exigências



contidas neste Aviso de contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema Compras BR, disponível no endereço eletrônico <a href="https://comprasbr.com.br">https://comprasbr.com.br</a>.
- 2.2. O procedimento será divulgado no Compras BR, no Portal Nacional de Contratações Públicas –
   PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Município.
- 2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s) e, que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021.

# 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

- 3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico provido pela plataforma Compras BR, por meio do sítio <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a> a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2. Os interessados poderão obter maiores informações na página https://comprasbr.com.br/, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma.
- 3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Aviso, prevalecerão as últimas.
- 3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva



- responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

### 4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. No caso do preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 4.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 4.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 4.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.7.1. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso, desde que insanável.
- 4.7.2. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 4.7.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de



- esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 4.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

### 5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
  - b) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCE-SP (<a href="https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados">https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados</a>);
- Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.3. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
  - a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente); Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato inicial e suas alterações ou contrato social consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; Prova de cumprimento da legislação brasileira relativa à autorização para funcionamento no País (somente para empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil), mediante apresentação de Decreto de Autorização e ata de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União;
  - e) Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual (certidão negativa <u>de débitos</u> <u>inscritos</u> na divida ativa, apenas ICMS) da sede ou domicílio do fornecedor, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta fornecedor;
  - f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos **mobiliários**, compatível como objeto contratual;
  - g) Certidão de Regularidade do FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;
- i) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
- j) Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem o prévio fornecimento e/ou execução de serviços com características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação. Quando não se tratar de uma Ata de Registro de Preços, o licitante deverá comprovar o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total vencido, em sintonia o Art. 67 § 2º da Lei Federal Nº 14.133/21. É permitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional.
- k) Apresentar AFE para distribuir produtos de higiene, e também AFE para fabricá-las, quando for este o caso. Excepcionam-se os casos, conforme orientação da Vigilância Municipal de Taubaté, constantes no item 4 do Termo de Referência, devendo a empresa demonstrar comprovante de isenção.
- 5.3.1. Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;
- 5.3.2. Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível;
- 5.3.3. Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade



- serão considerados válidos desde que expedidos no máximo a 180 (cento e oitenta) dias inclusive, anteriores à data do envio da proposta;
- 5.3.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 03 três dias úteis, sob pena de inabilitação.
- 5.3.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.3.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- 5.3.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.3.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### 6. CONTRATAÇÃO

- 6.1. Após a Ratificação, caso se conclua pela contratação, será emitida Autorização de Fornecimento e enviada via plataforma 1doc.
- 6.2. Fica o vencedor cientificado que todas as comunicações com o município acontecerão por meio da plataforma 1doc. Todos os documentos enviados pela plataforma tem caráter oficial e o fornecedor receberá as comunicações no e-mail informado em seu cadastro. No mais a plataforma permite ao município saber o momento em que os e- mails são recebidos e lidos, sem a necessidade de confirmações.
- 6.3. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficando sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e da reparação dos danos causados ao Município e, das sanções previstas no art. 156 da Lei



Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

- 7.2. Sem prejuízo da faculdade prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, o não cumprimento do objeto da contratação sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:
  - a) Multa de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) sobre o valor total da autorização para fornecimento, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar a autorização para fornecimento, ou documento equivalente;
  - b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, até o décimo quinto dia;
- 7.2.1. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) ao dia, por dia de atraso da obrigação não cumprida, a partir do 16° dia, até o trigésimo dia;
- 7.2.2. O pagamento dessas multas não exime a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à contratante.
- 7.2.3. As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de dez dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.
- 7.2.4. A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.
- 7.3. A contratação será rescindida, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial da contratação ou o descumprimento de quaisquer das obrigações, ensejará sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 137, no modo previsto pelo artigo 138, com as consequências estabelecidas no artigo 139, todos da Lei Federal nº. 14.133/2021, em sua redação atual.
- 7.4. O fornecedor, que ao receber a autorização de fornecimento, deixar de atestar seu recebimento, no prazo de 4 dias, ou incorrer nas inflações previstas nos incisos do artigo 155 da Lei 14.133/21 fica sujeito as penalidades previstas no artigo 156 da lei supracitada.
- 7.5. As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e



indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 7.6. A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.
- 7.7. Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do Município, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

### 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - a) Republicar o presente aviso com uma nova data.
  - **b)** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
  - **c)** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.2. As providências dos subitens "a" e "b" também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 8.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 8.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.9. Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

Taubaté, em 02 de setembro de 2024.

ALEXANDRE RAVAGNANI VARGAS SECRETÁRIO DE SAÚDE



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA



### TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto

Aquisição de Fraldas descartáveis de marca específica "Bigfral" para atendimento de Demanda Judicial.

### 2. Fundamentação da Contratação

A eventual aquisição dos itens disposto neste Termo de Referência visa atender a demanda do Processo Digital do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nº: 1000261-13.2023.8.26.0625 emitida em desfavor da Municipalidade. Por fim, a abertura de processo licitatório para a aquisição das fraldas descartáveis visando o cumprimento da Ordem Judicial, implica no cumprimento da mesma e objetiva garantir e assegurar o bem estar e dignidade do munícipe

Informamos que o presente Termo de Referência foi elaborado baseado no Estudo Técnico Preliminar.

### 3. Descrição da solução

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade Unitária
1	Fralda Descartável, para adulto, dermatologicamente aprovada, hipoalergênica, formato anatômica e barreiras antivazamento, da marca bigfral, tamanho pequeno.	Peça	2160

A presente contratação trata-se de estabelecer um processo licitatório para eventual aquisição de: fraldas descartáveis, cujo objetivo é atender a Ordem Judicial emitida individualmente e nominalmente, tanto em relação às liminares quanto em relação às Sentenças emitida em desfavor da Municipalidade.

Para determinar os preços de referência, foi adotado o critério de pesquisa com fornecedores diretos, mediante solicitação formal de cotação, conforme estipulado no Inciso IV da Lei 14.133/2021 haja vista urgência do cumprimento das demandas judiciais pela possível penalidade do não cumprimento ao prazo.



No ato da entrega, se faz necessário, que a unidade solicitante possa analisar se o material ofertado atende as suas necessidades, que estão incluídas nas especificações técnicas do Estudo Técnico e no Edital.

Em continuidade, a empresa participante deste certame deverá possuir AFE para distribuir produtos de higiene, e também AFE para fabricá-las quando for este o caso; excetuando-se os casos mencionados no item 4 do presente Termo de Referência. Além disso, faz-se necessário que seja ofertado garantia quanto a defeito de fabricação com no mínimo 1 (um) mês a partir da entrega, para assegurar que a municipalidade não sofrerá com prejuízos. Solicita-se a garantia seja de 1 (um) mês, visto que, durante esse intervalo, com o uso crescente dos materiais, possíveis falhas de fabricação podem ser verificadas, assim a municipalidade estará assegurada.

O prazo para entrega será de 20 dias corridos após emissão de Autorização de Fornecimento, para que constitua tempo hábil para o vencedor do certame possa entregar os itens, sem acarretar em prejuízos para municipalidade.

Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Taubaté, serviço requisitante, no setor de Almoxarifado Central, localizado na Avenida Amador Bueno da Veiga 1211, Jardim Jaraguá, CEP: 12.062-400, Taubaté-SP, telefone: 3621-3359, em dias úteis, no horário de 08h às 16h.

Nesse diapasão, informamos que os presentes itens constituem validade de até 2 (dois) anos, considerando o armazenamento adequado. Por fim, ressalta-se que a presente contratação não possui impactos ambientais significativos, visto que os itens são de baixa complexidade e a escolha do descritivo técnico garante o menor quantitativo possível de poluentes visando à sustentabilidade. Além disso, é possível reciclar fraldas descartáveis com a trituração do resíduo, a separação em plástico e fibras e com a reutilização desses materiais para novas confecções.

#### 4. Contratação

Informamos que a empresa participante deste certame deverá possuir AFE para distribuir produtos de higiene, e também AFE para fabricá-las quando for este o caso. Excepcionam-se os casos, conforme orientação da Vigilância Municipal de Taubaté:



- 1. A RDC nº 142, de 17 de março de 2017, foi revogada e substituída pela RDC nº 640, de 24 de março de 2022. Conforme estabelecido pelo Art. 3º da nova normativa, produtos descartáveis estão dispensados de registro, sendo necessária apenas a comunicação prévia à Anvisa pela empresa detentora do produto para sua comercialização no território nacional.
- 2. Em 05/01/2024, houve atualização na Portaria que regulamenta o licenciamento sanitário no Estado de São Paulo. A partir desta data, a atividade de Comércio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal está isenta de licença, exceto no caso de "Estabelecimento comercial varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, de uso humano, com atividade de fracionamento e embalagem de produtos a granel, com venda direta ao consumidor de: perfumes e similares; sabonetes; sais para banho; ou xampus e condicionadores". Portanto, as empresas com esse CNAE estão isentas do licenciamento sanitário para o Comércio Varejista de fraldas descartáveis.

Necessário que seja ofertado garantia quanto à defeito de fabricação com no mínimo 1 mês a partir da entrega.

O Prazo para entrega será de 20 dias corridos, após emissão de Autorização de Fornecimento.

O local da entrega será o Almoxarifado Central, situado na Avenida Amador Bueno da Veiga 1211, Jardim Jaraguá, CEP: 12.062-400, Taubaté-SP, telefone: 3621-3359, em dias úteis, no horário de 08h às 16h.

#### 5. Modelo de execução do objeto

O vencedor deverá no ato da entrega ofertar produtos que estejam de acordo com os padrões de qualidade e segurança, conforme normas da AFE.

O Prazo de garantia será de no mínimo 1 mês, a partir da data de entrega, sendo que, será responsabilidade da CONTRATANTE a comunicação com a CONTRATADA, para substituição do item avariado, caso venha ocorrer.

O prazo de entrega será de até 20 dias corridos, a partir da emissão de autorização de fornecimento.



É obrigação por parte da CONTRATADA, fornecer objeto de primeira qualidade, novos, sem uso e em conformidade com o descritivo técnico. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento integral do objeto solicitado pela CONTRATANTE, na forma e quantidades solicitadas dispondo de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos pedidos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissões e outros análogos.

Os objetos deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central, localizado na Avenida Amador Bueno da Veiga 1211, Jardim Jaraguá, CEP: 12.062-400 Taubaté-SP, telefone: 3621-3359, em dias úteis, no horário de 08h às 16h.

No ato da entrega o aceite final do material será realizado após a conferência por parte da unidade solicitante, que deverá comparecer ao Almoxarifado Central e verificar se o material entregue atende ao descritivo técnico e as especificações deste Termo de Referência.

#### 6. Modelo de gestão do contrato

Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega, ou troca de marca e modelo do objeto, deverão ser protocolados antes do vencimento do prazo de entrega, desde que bem justificados e com documentos que comprovem a necessidade.

Caberá ao gestor do contrato a fiscalização do cumprimento integral do contrato.

#### 7. Critério de Medição e Pagamento

De acordo com a Portaria SEAF n.º 42 de 02 de fevereiro de 2022 – Prefeitura de Taubaté.

- Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20\*.
- Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês\*.
- Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte\*.

\*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.



Ademais, salientamos que caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.

#### 8. Forma e Critérios de seleção do fornecedor

O vencedor do certame será designado com base no menor preço apresentado e atendimento às clausulas de habilitação constantes no edital, que será formalizado pelo Departamento de Compras.

### 9. Estimativa do Valor da Cotação



#### Prefeitura Municipal de Taubaté

Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000
CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

#### Mapa Comparativo de Preços

Cotação: 738/2024

Solicitação de Compra 1612/2024

ttem: 208.10.27 - FRALDA DESCARTÁVEL PARA ADULTO, MARCA BIGFRAL, TAMANHO PEQUENOFRALDA Qtde.: 2160 PC

DESCARTÁVEL, PARA ADULTO, DERMATOLOGICAMENTE APROVADA, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICA E BARREIRAS ANTIVAZAMENTO DA MARCA BIGFRAL, TAMANHO PEQUENO.

Seq. Item Fornecedores CNPJ Classificado Marca/Model Valor Valor Total 34068 CIRURGICA UNIAO LTDA. 04.063.331/0001-21 Sim R\$ 5.529,60 19/08/2024 Data 100222 DAMIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS 27.250.886/0001-88 Sim 2,8800 R\$ 6.220,80 HOSPITALARES 19/08/2024 43755 MAXMED DISTRIBUIDORA DE 36.116.844/0001-40 Sim 2,9000 R\$ 6.264,00 MEDICAMENTOS LTDA. 20/08/2024

Médias Unitário / Total : R\$ 2,78 R\$ 6.004,80

 Dados Vencedor
 Classificado
 Valor Total

 34068
 CIRURGICA UNIAO LTDA.
 04.063.331/0001-21
 Sim
 R\$ 5.529,60

Desclassificação Motivo

Total para o Menor Preço: R\$ 5.529,60

Total para o Maior Preço: R\$ 6.264,00

Total para a Média Cotada: R\$ 6.004,80

Justificativa : Aquisiçã

Aquisição de Fraldas descartáveis de marca específica "Bigfral" para atendimento de Demanda

Judicial, conforme arquivos em anexo.

Estimativa total da contratação: R\$ 6.004,80.

10. Recebimento

O prazo para a entrega será de 20 (vinte) dias corridos, sendo que o local da

entrega será o Almoxarifado Central, localizado na Avenida Amador Bueno da Veiga 1211,

Jardim Jaraguá, CEP: 12.062-400 Taubaté-SP, telefone: 3621-3359, em dias úteis, no

horário de 08h às 16h.

No ato da entrega, deverá ser acompanhado do material, nota fiscal referente ao

item a ser entreque.

Após a entrega em definitivo, a unidade solicitante deverá comparecer ao

Almoxarifado para verificar se o item foi entregue em conformidade com o estabelecido

em edital. Caso o item tenha sido entregue em conformidade, será atestado o

recebimento do material e a nota fiscal encaminhada para o pagamento.

Caso o item entregue não esteja em conformidade com o estabelecido no

instrumento editalício, a unidade solicitante deverá comunicar a CONTRATADA do

ocorrido, para que proceda quanto à substituição do item, ou entrega da parcela faltante

do fornecimento.

11. Adequação Orçamentária

Ficha: 159

Dotação: 24.01.1009.2.039.10.301.339032.01.3050000

12. Catalogo eletrônico de padronização

Informamos que não é possível atender o presente requisito, visto que, conforme

Anexo A, não consta nenhum dos itens neste Termo de Referência no Cadastro Eletrônico

do Painel Nacional de Contratações Públicas.

Declaramos, para os devidos fins, que os requisitos do presente Termo de

Referência foram cumpridos na íntegra.

Taubaté, 27 de Agosto de 2024.



Eduardo Medeiros Supervisor de Divisão – Área Administrativa Secretaria de Saúde

Tendara Joice Santos Nascimento
Gestora de Logística e Orçamento em Saúde
Secretaria de Saúde